

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.499 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 17 DE MAIO DE 2002



Célio Azevedo

## Plenário aprova benefício para os pescadores

Projeto que garante seguro-desemprego a ser pago durante o período de reprodução dos peixes retorna ao exame da Câmara

O Plenário aprovou ontem em turno suplementar o substitutivo de Lúcio Alcântara a projeto de lei da Câmara dos Deputados que assegura o pagamento de seguro-desemprego aos pescadores artesanais durante o período de reprodução dos peixes, conhecido como defeso. A proposta retorna à Câmara dos Deputados para análise das alterações promovidas pelo Senado. O Plenário também decidiu adiar para quarta-feira a votação das propostas que limitam gastos com publicidade do governo e tratam das penas alternativas.

PÁGINA 3

Alterações sugeridas por Lúcio Alcântara ao projeto que beneficia pescadores serão examinadas pelos deputados

## Emilia e Simon homenageiam Lutzenberger, o ecologista

PÁGINA 6



José Cruz

### Calheiros quer abrir "caixa-preta" de planos de saúde

Lembrando que 40 milhões de brasileiros dependem dos planos de saúde privados, Renan Calheiros criticou ontem os altos preços cobrados pelas empresas do setor.

PÁGINA 5

Renan Calheiros aponta "ganância e falta de sensibilidade" de seguradoras



José Cruz

### Jonas: subsídios agrícolas dos EUA prejudicam Brasil

Prejuízo de até US\$ 2,6 bilhões anuais "é uma estimativa desastrosa para a agricultura e a economia brasileiras, que talvez o país não possa suportar", adverte senador.

PÁGINA 4

Jonas Pinheiro: Brasil deve recorrer à Organização Mundial do Comércio

## Wilson propõe saque do PIS e Pasep por desempregados

Projeto de Carlos Wilson que tramita na Comissão de Assuntos Sociais propõe que desempregados possam sacar o saldo integral das contas individuais do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep). O senador considera o projeto extremamente justo.

PÁGINA 7

## BALANÇO DA SEMANA



## AGENDA

SEXTA-FEIRA, 17 DE MAIO DE 2002

# Cadastro do telefone celular pré-pago ajuda no combate à criminalidade

O Senado aprovou nesta semana uma importante medida para coibir o uso de telefones celulares pré-pagos por criminosos. Projeto de lei da Comissão Mista de Segurança Pública obriga as operadoras de telefonia móvel a manter cadastro atualizado dos usuários dessa modalidade de serviço. Aparelhos desse tipo têm sido utilizados em atividades criminosas como seqüestros e tráfico de drogas.

O cadastro, de acordo com o projeto que ainda precisa ser aprovado na Câmara, deve conter nome, endereço e documento de identidade do usuário. Caso a empresa se recuse a fornecer o cadastro a autoridade policial ou ao Ministério Público, estará sujeita a

multa de R\$ 10 mil a R\$ 100 mil por infração e até mesmo a rescisão do contrato de concessão.

Os senadores também aprovaram três medidas provisórias (MPs) que ameaçavam trancar a pauta do Senado. Duas abrem aproximadamente R\$ 1 bilhão em créditos extraordinários no Orçamento. Por uma delas, cerca de R\$ 800 milhões serão transferidos ao Ministério de Minas e Energia para compensar perdas do setor elétrico em função do racionamen-



Pelo projeto aprovado no Plenário, registro deverá conter identificação e endereço do usuário

to de energia. O Bloco Oposição posicionou-se contra a MP, da mesma forma que fez quando da votação da medida que criou compensações para as perdas das concessionárias de energia, o chama-

do "seguro anti-apagão". Segundo a senadora Heloísa Helena (PT-AL), o governo federal quer transferir novos prejuízos para a sociedade, que já teve que contribuir com o racionamento.

Já o senador Luiz Otávio (PP-PA) elogiou as medidas do governo para contornar a crise energética. Ele disse que os investimentos federais permitirão a construção da hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, que poderá levar desenvolvimento a toda a região amazônica.

Outra MP aprovada destina também aos ministérios de Minas e Energia, do Esporte e Turismo, e da Integração Nacional recursos da ordem de R\$ 209,6 milhões.

## Saúde infantil e precatórios marcam debate nas comissões

Entre os projetos votados nesta semana pelas comissões do Senado, destaca-se uma proposta aprovada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) que fixa normas para a venda de produtos que possam substituir o leite materno para crianças de até seis meses. Conforme o projeto, nenhuma embalagem desses, inclusive leite em pó, poderá conter fotografia de bebê. O objetivo é evitar que as mães sejam induzidas a acreditar que esses substitutos são ideais para a alimentação das crianças.

De autoria do senador Geraldo Cândido (PT-RJ), o projeto foi alterado pelo relator, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), que é médico pediatra. A proposta exige que toda embalagem com alimentos substitutos do leite materno apresente advertência de que eles não devem ser fornecidos a bebês nos primeiros seis meses de vida, exceto sob orientação médica.

Já a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou projeto que procura ajudar os estados a pagar dívidas determinadas pela Justiça, desde que elas tenham origem em processos que envolvem pagamento de salários, pensões, benefícios previdenciários e indenização por morte ou invalidez – os precatórios de natureza alimentar.

A proposta autoriza os estados a usarem no pagamento desses precatórios até metade dos recursos depositados por pessoas que entraram com ações judiciais contra pagamento de impostos ou de multas tributárias.

Na véspera da votação do projeto, a CAE ouviu o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Marco Aurélio Mello, sobre o assunto. Ele advertiu que o Congresso deve encontrar uma forma para que os estados e municípios paguem dívidas determi-

nadas pela Justiça. Já estão no STF mais de 2 mil processos que pedem intervenção em estados e municípios que não pagam seus precatórios. Marco Aurélio afirmou que o Supremo começará a julgar tais ações já no próximo mês. O projeto aprovado pelos senadores ajuda a resolver o problema.

Por sua vez, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou, depois de intenso debate, o nome do advogado-geral da União, Gilmar Ferreira Mendes, para o cargo de ministro do STF.

Nesta semana foi dado um novo passo no caso do fórum trabalhista de São Paulo, de onde foram desviados R\$ 169 milhões duran-



CAS acolheu proposta que disciplina fabricação e venda de produtos que podem substituir leite materno

te a construção de dois prédios de sua sede, o que levou à prisão do juiz Nicolau dos Santos Neto e à cassação do então senador Luiz Estevão, do Distrito Federal. O senador Moreira Mendes (PFL-RO) apresentou à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização parecer favorável à retirada dos prédios da lista de obras irregulares. A matéria deve ser votada brevemente.

## PLENÁRIO

9h – Sessão não deliberativa

## PREVISÃO PLENÁRIO

Segunda-feira

14h30 – Sessão não deliberativa

Terça-feira

14h30 – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: segunda sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 29/01, cria novos tribunais regionais; segunda sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 32/01, permite o desenvolvimento funcional de ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente, mediante processo seletivo; segunda sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 48/01, representação nas assembleias legislativas; segunda sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 4/02, dispõe sobre a organização e funcionamento dos partidos políticos; segunda sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 5/02, sobre propriedade de empresas de comunicação; quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 8/01, entre outras proposições.

Quarta-feira

14h30 – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 29/01, cria novos tribunais regionais federais; terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 32/01, permite o desenvolvimento funcional de ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente, mediante processo seletivo; entre outras proposições.

Quinta-feira

10h – Sessão especial destinada a homenagear a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), pelo transcurso dos 50 anos de sua fundação.

11h – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLS nº 115/02, dispõe sobre o Sistema Nacional Antidrogas; sobre a prevenção, a repressão e o tratamento; define crimes, regula o procedimento nos crimes que define; PDL nº 383/01, aprova o texto do Acordo entre os governos do Brasil e da Bolívia sobre a Recuperação de Bens Culturais, Patrimoniais e outros Específicos Roubados, Importados ou Exportados Illicitamente; PDL nº 437/01, aprova o ato que autoriza a Associação dos Produtores e Moradores do Município de Condeúba a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Condeúba (BA); e Requerimento nº 232/02, do senador Renan Calheiros, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nºs 178/01 e 15/02, por regularem a mesma matéria.

Sexta-feira

9h – Sessão não deliberativa

## COMISSÕES

Terça-feira

10h e após a ordem do dia – Comissão de Assuntos Econômicos

14h30 – Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul

Pauta: apresentação, discussão e votação da complementação de voto ao relatório da senadora Emilia Fernandes ao PDL nº 71/01, de autoria do senador Roberto Saturnino, que convoca plebiscito sobre a suspensão das negociações para o ingresso do Brasil na Área de Livre Comércio das Américas (Alca); e requerimentos do deputado Inácio Arruda. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 9

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

## MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet  
1º Vice-Presidente: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira  
Diretora da Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações



José Cruz

José Fogaça apóia abertura da mídia a capital estrangeiro desde que haja controle do setor

## Fogaça defende mecanismos para fiscalizar mídia

Ao discutir a proposta de emenda à Constituição (PEC) que permite a participação de capital estrangeiro, em até 30%, em empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de imagens, o senador José Fogaça (PPS-RS) afirmou ser favorável ao projeto desde que o país disponha de mecanismos de controle e fiscalização do setor, tais como o Conselho de Comunicação Social e uma agência reguladora.

Na sessão plenária de ontem, transcorreu o primeiro dia de discussão, em segundo turno, dessa PEC. Faltam mais duas sessões de discussão antes que a proposta possa ser votada. Como já foi aprovada na Câmara dos Deputados, a emenda constitucional, após votação em segundo turno pelo Senado, será promulgada, exceto se for aprovada com emendas, hipótese que exigirá seu retorno à Câmara para novas votações.

Fogaça aplaudiu a iniciativa do presidente do Senado, Ramez Tebet, de indicar os nomes para composição do Conselho de Comunicação Social, enviando-os à Câmara dos Deputados.

Para Fogaça, o conselho é um órgão técnico imprescindível para exercer o controle democrático e sem censura da programação de rádio e de TV, bem como do conteúdo de jornais e revistas.

### VERTICALIZAÇÃO

Transcorreu também ontem a primeira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC que acaba com a verticalização das coligações partidárias, como também da proposta impedindo que câmaras de vereadores tenham representação maior do que a das assembleias legislativas.

A PEC que permite a ascensão funcional dos servidores públicos mediante concurso interno também teve a primeira sessão de discussão, em segundo turno, assim como a PEC que cria os Tribunais Regionais Federais das 6ª e 7ª Regiões.

# Senado facilita seguro-desemprego para pescador artesanal no defeso

Plenário aprova em turno suplementar o substitutivo de Lúcio Alcântara, que agora retorna à Câmara dos Deputados para análise das alterações promovidas pelo Senado

Na sessão de ontem, o Plenário do Senado aprovou, em turno suplementar, substitutivo do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) a projeto de lei da Câmara que viabiliza o acesso dos pescadores artesanais ao seguro-desemprego no período de reprodução dos peixes, o defeso. A matéria altera a legislação vigente, de 1991, eliminando barreiras que impediam, na prática, que esses trabalhadores recebessem o benefício. O projeto retorna à Câmara para análise das alterações aprovadas pelo Senado.

A proposta permite que as capitâneas dos portos, ligadas ao Ministério da Marinha, registrem, em substituição ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), os pescadores profissionais. Pelo projeto, o comprovante do pescador deve ser emitido um ano antes do início do defeso e não mais três anos antes, como na legislação em vigor.

Ex-ministro da Previdência, o senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) disse que os ajustes transformam o seguro-desemprego em efetivo benefício social para os pescadores artesanais. Para a senadora Heloísa Helena (PT-

AL), essa é a maneira de incentivar o desenvolvimento sustentável no setor da pesca, já que a medida viabiliza garantia de renda ao trabalhador quando impedido de exercer sua profissão por questões ambientais.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) registrou que o litoral de São Paulo tem grande número de pessoas vivendo da pesca. Ele destacou o efeito que a medida pode ter para as pescadoras e as mulheres dos pescadores que têm que tomar conta dos filhos até a volta de seus maridos. A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) ressaltou que a proposta vai beneficiar a colônia de pescadores de Caracará (RR) durante os quatro meses em que dura o defeso.

— Temos certeza de que os pes-

**PESCADOR ARTESANAL:** o profissional que exerce sua atividade de forma artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar, sem contratação de terceiros. A pesca artesanal caracteriza-se, fundamentalmente, por usar redes adequadas para cada espécie, sempre respeitando a época do defeso



### DEFESO

É a ação de proteção às espécies de piracema (período de reprodução das espécies). Tem como principal objetivo coibir a pesca predatória, principalmente aquela que utiliza equipamentos que permitem pesca em grande quantidade. Nesse período só é permitida a pesca com linha e anzol

tatal, ligada à Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), tem que realizar as suas assembleias gerais em Brasília, sua sede atual, apesar de a maior parte de suas atividades estar concentrada no Rio de Janeiro, acarretando gastos desnecessários. A matéria segue para sanção do presidente da República.

O Plenário aprovou ainda projetos de decreto legislativo que aprovam os atos do Ministério das Comunicações que outorgam permissões para emissoras de rádio FM em Quixadá e Brejo Santo, no Ceará, e outro que renova a concessão dada a emissora de rádio AM em São Carlos (SP).

Também recebeu o aval dos senadores o projeto de decreto legislativo que renova a concessão outorgada à TV Bahia, em Salvador. O senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA) declarou-se impedido de participar da votação, conforme o Regimento Interno. Outros dois projetos de decreto legislativo, que autorizam organizações sem fins lucrativos a instalarem rádios comunitárias em Miguel Calmon (BA) e Antônio Prado (RS), foram aprovados ontem pelo Plenário.

## Limite à publicidade do governo tem votação adiada

A proposta de emenda à Constituição (PEC) do senador Roberto Saturnino (PT-RJ) que fixa limites para gastos com publicidade de obras realizadas pelo governo teve sua votação adiada para a próxima quarta-feira. Nesse dia, o autor da proposta espera que a matéria tenha os 49 votos necessários para a aprovação de alterações no texto constitucional.

Também foi adiada, para a sessão de 28 de maio, a votação do projeto de lei da Comissão Mista de Segurança Pública que dispõe sobre as penas alternativas, incluindo entre elas a frequência a cursos escolares e profissionalizantes ou a atividades de reinserção social, e determina

que, caso o condenado não tenha como pagar a multa imposta pelo juiz, a pena deve ser convertida em prestação de serviços à comunidade.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) foi contrário ao adiamento da votação. Para ele, o governo deveria propor que comissão permanente, com o auxílio do Ministério da Justiça, realizasse novo exame das propostas da Comissão Mista de Segurança Pública, para permitir, inclusive, novas emendas. A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) anunciou que irá propor alterações ao projeto, apesar de o presidente da sessão, senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), ter informado que o prazo de apresentação de emendas encerrou-se na

semana passada.

Na sessão de ontem, foi aprovado ainda requerimento para que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) volte a examinar a PEC que determina que os nomes indicados pelo Executivo para a negociação de acordos internacionais sejam sabatinados e aprovados pelo Senado. A PEC estava no quarto dia de discussão em primeiro turno. A proposta do senador Osmar Dias (PDT-PR) procura submeter essas autoridades, que chefiam missões diplomáticas de caráter transitório, ao mesmo processo definido pela Constituição para a aprova-



Rosenvelt Pinheiro

Roberto Saturnino espera que sua proposta seja aprovada na sessão de quarta-feira

ção de chefes de missões diplomáticas em caráter permanente.

A tramitação da PEC do governo federal que inclui os policiais militares de Rondônia no quadro de pessoal da União avançou em Plenário com a realização do terceiro dia de discussão na sessão de ontem. Segundo o relator da matéria na CCJ, senador Moreira Mendes (PFL-RO), a PEC corrige uma injustiça contra os servidores de segurança do estado, equiparando-os aos profissionais dos antigos territórios do Amapá e de Roraima.



Ribeiro destaca "responsabilidade de garantir que as matérias sigam seu trâmite normal"

## Ribeiro condena pressão para aprovar a CPMF

O senador Fernando Ribeiro (PMDB-PA) condenou ontem as pressões que vêm sendo exercidas sobre o Senado para a rápida aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que prorroga a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Para ele, não se podem atribuir à Casa eventuais prejuízos decorrentes da não aprovação imediata da matéria.

— Temos responsabilidade com o ajuste fiscal e com o bom andamento das contas públicas, mas também temos responsabilidade de garantir que as matérias sigam seu trâmite normal. A mim causa profundo mal-estar ver o Senado ser tratado como uma mesa de barganha — afirmou Ribeiro.

O senador disse que se sente entristecido com o que classificou de "chantagem" do governo, que ameaça cortar gastos e atrasar a liberação de recursos para a área social e para projetos de interesse dos estados. Ele recordou que o governo federal acaba de anunciar um recorde de arrecadação.

Ribeiro afirmou ainda que a CPMF é um tributo injusto, uma vez que incide igualmente sobre ricos e pobres. Ele relatou que, em conversa mantida com empresários paraenses na semana passada, foi unânime o comentário de que se deveria buscar outra alternativa para garantir o equilíbrio das contas públicas.

Em outro trecho de seu discurso, ao comentar o julgamento dos acusados de promover o massacre de trabalhadores sem-terra em Eldorado dos Carajás, Ribeiro disse não concordar com a extensão da pena de 200 anos de prisão imposta ao comandante da operação de desbloqueio da rodovia. O senador destacou ser contra a impunidade, mas observou que "certamente faltam outros responsáveis no banco dos réus".

# Jonas: Brasil deve denunciar à OMC subsídios americanos

Senador alerta para os enormes prejuízos à agricultura e à economia brasileiras em decorrência da nova lei agrícola dos Estados Unidos

O governo brasileiro deve recorrer, sem hesitação, à Organização Mundial do Comércio (OMC), contestando a política de subsídios agrícolas dos Estados Unidos, disse ontem o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT). Ele frisou que esta é a saída legal e diplomática para o Brasil, que será enormemente prejudicado pela aprovação da Lei Agrícola americana, a chamada *Farm Bill*.

De acordo com a nova lei, explicou o senador, o governo americano aumentará seus gastos com a agricultura, ao longo dos próximos seis anos, em cerca de US\$ 50 bilhões, principalmente para subsidiar os grandes produtores de grãos e de algodão, elevando os gastos globais com o setor a US\$ 190

bilhões em dez anos. A ampliação do subsídio, ressaltou Jonas Pinheiro, aumentará a produção de grãos nos Estados Unidos, afetando o preço dos produtos no mercado internacional, o que atingirá o Brasil, produtor e exportador de grãos.

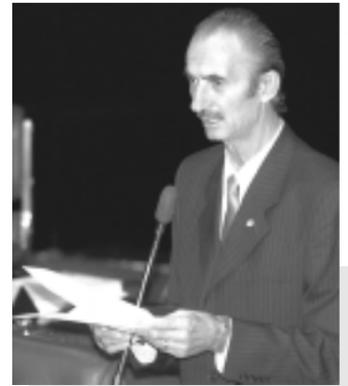
Jonas Pinheiro salientou que a medida dará um prejuízo de US\$ 1,6 bilhão por ano ao Brasil, segundo cálculos da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), apenas no que diz respeito à quebra da exportação de soja. No total, acrescentou, a CNA calcula que o prejuízo possa chegar a US\$ 2,6 bilhões anuais.

— É uma estimativa desastrosa para a agricultura e a economia bra-

sileiras, que talvez o país não possa suportar — alertou o senador.

Jonas Pinheiro classificou como inconcebível que os Estados Unidos, que apregoam o livre comércio e lutam pela criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), proponham medida dessa natureza.

— Ela não só está em total dissonância com o seu discurso, como deve gerar desconfiança e comprometer profundamente a proposta de criação da Alca — afirmou Jonas Pinheiro, que conclamou os demais senadores a se unirem na luta contra a adoção de subsídios agrícolas pelo governo norte-americano e em defesa da agricultura e da economia brasileiras.



Chico Sartori recorda que a lei de concessões já prevê a interrupção do serviço

## Sartori quer evitar dupla punição a inadimplentes

O senador Chico Sartori (PSDB-RO) apresentou em Plenário, ontem, projeto de lei que proíbe as empresas concessionárias e permissionárias de serviços de telefonia, energia elétrica, água e saneamento de inscrever consumidores inadimplentes nos cadastros públicos de devedores. Sem querer estimular o "calote", Sartori explicou que sua intenção é de evitar que os usuários sejam punidos duplamente pelo não-pagamento das faturas.

— A própria lei de concessões prevê a interrupção do serviço por motivo de inadimplemento do usuário — lembrou.

Não bastasse o corte no fornecimento dos serviços de água, luz e telefone, afirmou Sartori, muitos consumidores inadimplentes vêm se queixando do recebimento de cartas das empresas, ameaçando inscrevê-los nas listas de devedores da Serasa (Centralização de Serviços dos Bancos S.A.) e do SPC (Serviço de Proteção ao Crédito). O projeto apresentado pelo senador tucano estabelece que, se a empresa concessionária do serviço enviar o nome do consumidor a um cadastro de devedores, o usuário poderá requerer na Justiça a extinção da dívida.

Chico Sartori assumiu a defesa dos consumidores, mas observou não ser possível exigir das empresas concessionárias e permissionárias que prestem serviços adequados sem uma justa remuneração. Como a atuação satisfatória dessas empresas dependeria da cobrança de tarifas capazes de cobrir custos, possibilitar reinvestimento e gerar lucros, Sartori afirmou que "favorecer a inadimplência nada mais significa que prejudicar o próprio sistema de descentralização da prestação de serviços públicos".

## Lando prevê debate entre o "velho" e o "novo" no Senado

No próximo ano, o Senado deverá ser palco das mais importantes discussões em torno de um novo projeto para o país e da convivência entre o velho e o novo, quando será possível sentir essa ruptura, afirmou em discurso o senador Amir Lando (PMDB-RO). O parlamentar, que fez uma longa análise da história recente do país, disse que "os caciques voltarão, disso não há qualquer dúvida", e perguntou: "De que lado ficar nesse debate? É bem verdade que não se trata do melhor dos mundos, mas, por linhas tortas, a história já escreveu a resposta".

Analisando o quadro sucessório atual, Lando apontou a formação de uma "nova elite" a partir da década de 90, que, agora, chegará ao Senado dividindo poder com a oposição e os velhos caciques regionais. A peça-chave para o surgimento dessa nova elite, afirmou, foi o maior engajamento dos bancos no financiamento de campanhas eleitorais e a criação de um candidato que simbolizasse os novos tempos, Fernando Collor de Mello. Para o senador, as

mesmas forças que criaram Collor o destruíram quando se tornou uma ameaça aos esquemas já estruturados nas esferas de poder.

— Ocorre que as sementes do novo modelo já haviam sido lançadas. O Programa Nacional de Desestatização, por exemplo, foi um dos primeiros atos. Ali se iniciou, efetivamente, o desmonte do Estado brasileiro, ou a sua transferência para outras mãos, as da nova elite de poder — afirmou.

Lando observou que Fernando Henrique Cardoso foi eleito para a Presidência da República por ter "molde, figurino e modelo perfeitos para ser o maestro" da transferência de patrimônio público para o empresariado.

— Quando Fernando Henrique tomou posse, já haviam sido privatizadas a produção de fertilizantes, a petroquímica e a siderurgia. Já era visível, plenamente, que se tratava de um novo modelo de apropriação do patrimônio público, agora mais contundente — disse.

Para o senador, era de se esperar



Para Amir Lando, "os caciques voltarão, disso não há qualquer dúvida"

que a velha elite — os "caciques" — se colocasse contra esse novo modelo, mas isso não aconteceu. Uns poucos "aproveitaram-se das rebarbas", outros decidiram adaptar-se às novas regras e outros sucumbiram. As comissões parlamentares de inquérito que poderiam pôr em risco o desembarque dessa nova elite, continuou, foram sufocadas "sob o manto do silêncio comprometedor da mídia". O próximo passo para manter o poder, assinalou Lando, é a manutenção de um "gerente" atrelado à nova ordem em uma nova fase, um presidente que seja um "mero decorador de textos, com boa aparência e neurônios suficientes para bem representar".

## Roberto Saturnino comunica filiação ao PT

O senador Roberto Saturnino (RJ) comunicou ontem à Mesa do Senado sua filiação ao Partido dos Trabalhadores. Ele teve sua ficha abonada, na quarta-feira, pelo pré-candidato do partido ao Palácio do Planalto, Luiz Inácio Lula da Silva.

Em nome da liderança do PT, a senadora Emilia

Fernandes (RS) disse que o partido sentia-se engrandecido por receber em seus quadros o senador eleito pelo Rio de Janeiro.

— O Brasil todo conhece Roberto Saturnino e sabe de seu compromisso com as pessoas mais necessitadas, com a soberania e a independência deste país — afirmou.

## Política de direitos humanos é demagógica, diz Cândido

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) afirmou que o “pacote” com 1.500 itens na área dos direitos humanos lançado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso “não passa de uma tremenda demagogia”. As propostas, disse, somente poderão ser adotadas por outro governo.



Geraldo Cândido: propostas anunciadas só poderão ser adotadas por outro governo

Para Geraldo Cândido, é mostra de que o pacote não tem seriedade o fato de o governo ter vetado o projeto da ex-senadora Benedita da Silva que regulamenta o direito de propriedade das terras remanescentes dos quilombos para os negros que habitam historicamente essas áreas.

É flagrante, disse, o descaso do governo com a melhoria da situação social dos negros, que, no seu entendimento, continuam ainda nas senzalas, e em pior situação. “Ao menos antes eles tinham casa e comida, enquanto agora têm somente o chicote.”

Para tomar contato com a situação vivida pela raça negra no Brasil, observou, é suficiente ir à Cinelândia, bairro do centro do Rio de Janeiro, para ver crianças negras na mais completa miséria. No entendimento do senador, “o mito

da democracia racial no Brasil está caindo”. O dia 13 de maio, aniversário da assinatura da Lei Áurea, que aboliu a escravidão, não é para ser comemorado, na opinião do senador, sendo apenas um dia de luta. Desde então, considera, “nada

se fez no Brasil para que se tenham direitos iguais entre negros e brancos”.

### SAÚDE

Em aparte, o senador Chico Sartori (PSDB-RO) afirmou que o presidente Fernando Henrique vai entrar para a história “como o governante que mais fez pelo social, principalmente para os menos favorecidos”. Ele citou como exemplo a “excelente administração de José Serra à frente do Ministério da Saúde”.

Cândido disse não concordar. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), afirmou, demonstram o contrário, ao divulgar os principais indicadores sociais do país. Ele disse ainda ser a área da saúde um dos piores exemplos, já que o Brasil está vivendo a volta de grandes surtos de doenças que tinham sido erradicadas, como tuberculose, hepatite, meningite e dengue.

## Jucá destaca ações do governo no combate à criminalidade

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) destacou as realizações do governo federal por meio do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH). Jucá fez o registro ao anunciar a realização da 7ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, que teve início ontem na Câmara dos Deputados.

A prevenção e o combate à violência são temas da conferência, iniciativa do Fórum Nacional de Entidades de Direitos Humanos, informou o senador. As conclusões do encontro serão oferecidas aos candidatos às eleições de outubro como propostas contra a criminalidade, disse Jucá, que ressaltou a importância da ação articulada do governo federal com estados e municípios na questão.

– Compatibilizar a eficiência da redução da criminalidade

com o avanço na implementação dos direitos humanos é fundamental para a sociedade e deve ser dogma inabalável em todas as esferas da administração – afirmou.

Jucá observou que a prevenção da violência apresenta dimensões multidisciplinares que devem ser abordadas em suas causas. Ele citou diferentes condicionantes para a violência, como a relação entre pobreza e criminalidade, a revolta causada pelas desigualdades sociais, o crime organizado, o tráfico e a posse de armas.

– Sob tal prisma, torna-se fundamental o engajamento das autoridades municipais, assim como da sociedade organizada nas coletividades, para uma atuação abrangente em relação à questão – disse Romero Jucá.

# Calheiros condena preço dos planos privados de saúde

Senador critica a ganância e a falta de sensibilidade das empresas do setor e pede a aplicação do Código de Defesa do Consumidor

O líder do PMDB, senador Renan Calheiros (AL), criticou os altos preços cobrados dos usuários pelas empresas de planos privados de saúde. Para ele, nos últimos anos esse sistema vem se caracterizando como injusto e imoral com os consumidores, que convivem com aumentos abusivos pela prestação de um serviço do qual não podem abrir mão.

– Nossa missão, como representantes do Parlamento, é pedir a abertura da “caixa-preta” dos planos de saúde, expor as planilhas de custos, os gastos com propagandas, *marketing* e corretagem, e os lucros imorais. Temos a obrigação de apurar as denúncias contra as empresas seguradoras – observou Calheiros, recomendando

urgência, pois cerca de 40 milhões de brasileiros dependem dos planos de saúde privados.

– O mais grave fator é a própria ganância e a falta de sensibilidade social de parte do empresariado deste segmento da economia, que estão levando a saúde a ser mercantilizada – ressaltou.

Ele contou que tem recebido diversas correspondências de pessoas reclamando dos elevados valores cobrados pelas empresas e mencionou que os órgãos de defesa do consumidor também têm registrado recorde de denúncias de aumentos abusivos neste segmento. Segundo dados levantados pelo Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), a

média de aumento dos preços dos planos e seguros de saúde entre 1996 e abril de 2000 foi de 93,4%, para uma inflação que não chegou à metade desse percentual.

Calheiros esclareceu que, ao repercutir as reclamações dos usuários, não está pregando um controle artificial de preços, mas sim a aplicação do Código de Defesa do Consumidor, que impede os aumentos excessivos e estabelece o equilíbrio entre as partes numa relação de consumo.

Em aparte, o senador Fernando Ribeiro (PMDB-PA) apoiou o discurso de Renan Calheiros, frisando que os altos preços dos planos privados de saúde são, atualmente, uma das maiores preocupações da população brasileira.

## Maria do Carmo quer Dia da Saúde Bucal sancionado

Ao elogiar a aprovação, pelo Congresso, do projeto que institui o Dia Nacional da Saúde Bucal, a ser comemorado em 25 de outubro, a senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) pediu ao presidente Fernando Henrique Cardoso que sancione a lei, pois esta resultará em ampla campanha e conscientização da população sobre a seriedade do problema.

Na opinião da senadora, o dia 25 não transcorrerá sem que instituições e profissionais vinculados à odontologia se manifestem publicamente sobre o tema, promovendo campanhas de esclarecimento ou de atendimento, visando tornar a população mais consciente da necessidade de prevenção.

O quadro da saúde bucal no país justifica plenamente a criação da data, no entendimento da senadora sergipana.

– Ele é grave e contraditório, pois, ao mesmo tempo em que temos uma grande disponibilidade de cirurgiões-dentistas no país (cerca de 11% dos profissionais da área em atividade no mundo), contamos também com um enorme contingente de 29,6 milhões de brasileiros (quase 19% da população) que nunca se sentou em uma cadeira de dentista – observou Maria do Carmo.



Data comemorativa resultará em maior conscientização dos brasileiros, diz Maria do Carmo

Ela também criticou a pequena participação do setor público na promoção da saúde bucal, o que estaria causando um atendimento à população nitidamente precário e insuficiente. Nesse aspecto, sugeriu que o Brasil copie os exemplos dos programas da área implantados pelos países desenvolvidos, particularmente quanto às medidas de prevenção. Maria do Carmo pediu ainda que o Conselho Federal de Odontologia e a Associação Brasileira de Odontologia integrem-se na luta pela conscientização da sociedade sobre o tema.

## Emilia Fernandes homenageia o Dia da Cavalaria

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) prestou sua homenagem ao Dia da Cavalaria, comemorado no último dia 10, honrando os membros daquele destacamento e o seu patrono, general Manoel Luís Osório, que integrava o Exército do Império e combateu na Guerra do Paraguai. A data é alusiva ao dia do nascimento do militar gaúcho.

Emilia contou que o general fez carreira brilhante, tendo lutado com coragem em diversas guerras, inclusive na região do Prata, e teve seu heroísmo reconhecido pelo imperador Pedro II, que agraciou Osório com o título de Marquês de Herval. Após a comenda, retirou-se dos combates por haver sido ferido e elegeu-se senador pela província do Rio Grande do Sul em 1877. No ano seguinte, assumiu o cargo de ministro da Guerra, cargo que ocupou até a morte, em 1879, no Rio de Janeiro.

Emilia Fernandes disse que a celebração tem significado especial para ela, filha e parente de cavaleiros, e também pelo fato de, como professora de História, ter-se dedicado ao ensino do amor à pátria e aos valores da nacionalidade. Ela ressaltou a ligação especial entre o Regimento de Cavalaria e os nascidos no Rio Grande do Sul.

# Emilia e Simon exaltam atuação de Lutzenberger

Com pronunciamento em Plenário e voto de pesar, senadores homenageiam agrônomo e ecologista gaúcho que morreu terça-feira

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) prestou ontem homenagem ao agrônomo e ecologista gaúcho José Antônio Lutzenberger, que morreu na terça-feira, aos 75 anos, em Porto Alegre. Na sessão de quarta, o Plenário já havia aprovado requerimento do senador Pedro Simon (PMDB-RS) solicitando inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do ambientalista.

Emilia Fernandes fez um resumo do trabalho de Lutzenberger, ressaltando que, a partir de 1998, ele engajou-se na luta contra a difusão e o cultivo de alimentos transgênicos, em razão das conseqüências negativas de tais produtos para a agricultura e o ambiente.

Como secretário especial do Meio Ambiente, disse a senadora, José Lutzenberger participou ativamente da demarcação dos territórios indígenas, em especial dos Yanomami, e da decisão do Brasil de abandonar projetos de construção da bomba atômica. Em 1988, seu trabalho sobre produção agrícola sem uso de herbicidas químicos e sua militância na defesa da Amazônia renderam-lhe o prêmio Nobel Alternativo – registrou a senadora.

## AMOR À NATUREZA

No requerimento em que tam-



Emilia lembrou que nos últimos anos Lutzenberger estava engajado na luta contra os transgênicos



Segundo Pedro Simon, para Lutzenberger "o amor à natureza vinha em primeiro lugar"

bém homenageou Lutzenberger, Simon lembrou que o ambientalista foi ministro durante o governo Collor, do qual saiu dois meses antes da realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992. Ficou dois anos à frente da secretaria – com *status* de ministério –, período em que “não poupou críticas a vários setores do próprio governo do qual fazia parte, por entender que o primado do respeito à natureza não era preponderante nas ações governamentais”.

Ressaltando que, para Lutzenberger, “o amor à natureza vinha em primeiro lugar”, Simon infor-

mou que ele viveu seus últimos anos na sede da Fundação Gaia, em Pantano Grande (a 125 quilômetros de Porto Alegre). A fundação foi criada pelo ambientalista para cuidar da recuperação de áreas degradadas e ministrar cursos de educação ambiental.

Na Fundação Gaia trabalham as duas filhas de Lutzenberger, Lilly e Lara, ambas biólogas, frutos de seu casamento com Annemarie Wilm. Viúvo, casou-se novamente com a enfermeira Elisabeth Paula Renck, que conheceu em 1982. Para Simon, Lutzenberger “está a merecer de nós os mais altos encômios e o reconhecimento público pelos grandes serviços prestados ao nosso país”.

## Ecologista gaúcho recebeu o Prêmio Nobel Alternativo

No requerimento em que homenageou a memória de José Lutzenberger, o senador Pedro Simon resume a biografia do ambientalista gaúcho, laureado em 1988 com o Prêmio Nobel Alternativo. Concedido pela The Right Livelihood Foundation, da Suécia, esse prêmio destacou o trabalho de produção agrícola sem o uso de herbicidas químicos desenvolvido por Lutzenberger e também sua militância em defesa da Amazônia.

Com pós-graduação em ciência do solo e química agrícola pela Louisiana State University, Lutzenberger trabalhou por 13 anos na indústria química Basf, na Alemanha, na Venezuela e no Marrocos, como informou Simon. Em 1971, deixou a Basf e retornou ao Brasil para fun-

dar a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan). A associação tinha como missões principais combater o uso de agrotóxicos, as usinas nucleares, a destruição das matas e a matança de animais silvestres.

Graças a essa entidade – disse a senadora Emilia Fernandes, também signatária da homenagem – é que foram criados os parques da Guarita e de Itapeva, em Torres, além da Coordenação dos Estudos Ecológicos do Plano Diretor do Delta do Jacuí, no Rio Grande do Sul.

Lutzenberger também criou a Vida Produtos Biológicos Ltda., empresa especializada em sistemas de manejo e de reciclagem de resíduos sólidos industriais, para atuar nos ramos da celulose, têxtil, coureiro-



José Lutzenberger foi fundador da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural

calçadista e de tintas. Criou ainda a Convivial Ltda., empresa responsável pela manutenção do parque ecológico que circunda toda a área da Indústria de Celulose e Papel Riocell S/A.

O ecologista faleceu aos 75 anos, na Santa Casa de Porto Alegre (RS), onde estava internado devido a problemas respiratórios.

## Luiz Otávio lamenta morte de jornalista paraense

O senador Luiz Otávio (PPB-PA) manifestou ao Plenário, ontem, seu pesar pela morte do jornalista Cláudio Augusto Sá Leal, na madrugada de quarta-feira, aos 72 anos, em Belém (PA). O jornalista, informou o senador, dedicou 56 anos de sua vida ao exercício da profissão, tendo se destacado por mais de 30 anos de trabalho à frente do jornal *O Liberal*.

No jornal, contou o senador, Cláudio Sá Leal empreendeu, com o apoio dos proprietários (Grupo Maiorana), significativas modificações no quadro de jornalistas, contratando qualificados e renomados profissionais, além de sugerir a modernização do parque gráfico do veículo, com a compra de máquinas e equipamentos. Hoje o jornal está totalmente informatizado e ocupa posição de



Luiz Otávio destaca trabalho de Cláudio Augusto Sá Leal

vanguarda na imprensa regional, afirmou.

– Desde então, o jornal lidera de forma absoluta a preferência da opinião pública paraense, sendo um dos melhores e mais acreditados jornais do país – observou o senador.

Luiz Otávio também atribuiu ao jornalista falecido o mérito pela formação de uma nova geração de profissionais que, sob seu comando, ajudaram na tarefa de dar solidez a *O Liberal*, transformando-o em um dos maiores jornais nacionais.

A consideração pelo talento, a confiança e o respeito angariados por Cláudio Sá Leal ficaram demonstrados, de acordo com o senador, pelo grande número de pessoas que compareceram ao velório e ao sepultamento do jornalista.

## Jucá homenageado pela Defensoria Pública do DF

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) recebeu ontem medalha conferida pela Defensoria Pública do Distrito Federal e Territórios. A homenagem foi um reconhecimento pelo esforço de Jucá para aprovar, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, emenda à proposta de reforma do Judiciário que estende à Defensoria a autonomia administrativa, financeira e de iniciativa orçamentária que já vigora para o Poder Judiciário e para o Ministério Público.

Segundo o diretor-geral da instituição, Paulo César Chagas, a emenda apresentada por Jucá é acolhida pelo relator da matéria, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), “vai dar um grande impulso à Defensoria e beneficiar diretamente a população mais carente, que nela tem o único recurso de exercício da cidadania”.

– Apresentei a emenda para quitar uma dívida deixada pela Constituição de 1988 e dar à Defensoria Pública meios de garantir o pleno exercício da cidadania a grande par-



Romero Jucá recebeu homenagem da Defensoria Pública pelo empenho na aprovação de emenda

te da população, que não tem como custear advogado para fazer valer seus direitos – afirmou Jucá.

O senador disse que continuará trabalhando pela aprovação da medida no Plenário do Senado, assim como de outras propostas que visem melhorar a estruturação da Defensoria Pública.

O corregedor-geral da Defensoria, Fernando Calmon, e a presidente da Associação dos Defensores Públicos, Ana Luiza Almeida, esclareceram que os recursos serão utilizados na realização de concursos públicos para recrutar pessoal de alta qualificação, na melhoria das instalações e na descentralização do atendimento.

## Lobão aponta avanços contra trabalho infantil

O senador Edison Lobão (PFL-MA) elogiou o desempenho do Brasil no esforço para combater o trabalho de menores de idade, por meio de iniciativas como o Programa Bolsa-Escola e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti). O senador citou dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os quais demonstram que a frequência escolar melhorou em todas as faixas etárias. Ainda de acordo com o estudo, a maior proporção de crianças na escola é a do grupo de sete a 14 anos. Nessa faixa etária, o país se aproxima da cobertura universal, com 94,9% das crianças na escola.

Edison Lobão informou que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) divulgou, em Genebra, na Suíça, relatório que indica o Brasil como um dos países mais empenhados em acabar com o trabalho infantil. A OIT ainda destacou o Programa Bolsa-Escola federal como um modelo bem sucedido e que está sendo copiado com sucesso nos países do continente africano.

O relatório da OIT reconhece ainda, acrescentou o parlamentar, o trabalho da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), que periodicamente patrocina cursos de formação para incorporar os direitos das crianças nas cláusu-



Edison Lobão destacou a melhoria da frequência escolar em todas as faixas etárias

las coletivas.

O trabalho infantil, afirmou Lobão, é uma questão humana e de segurança pública a ser criteriosamente equacionada. O senador frisou que é preciso retirar os menores de idade das ruas "e da influência dos traficantes de droga e aliciadores".

— O Brasil ratificou diversas convenções internacionais sobre infância, além de adotar na Constituição federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente dispositivos restritivos à atividade laboral dos jovens. Por isso, acredito no futuro de nosso país e sou daqueles que trabalham em prol de uma juventude saudável, com acesso à educação e aos meios que lhe proporcionem uma qualidade de vida promissora — concluiu.

## Senador defende projeto para revitalizar rio no Maranhão

Projeto do senador Edison Lobão (PFL-MA) propõe a revitalização do Rio Itapecuru, no Maranhão, após estudos técnico-científicos. Pela proposta, o governo federal é autorizado a recuperar o rio em parceria com o estado e entidades da sociedade civil organizada e os recursos para tal deverão ser alocados no orçamento do Ministério do Meio Ambiente. O projeto aguarda decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de onde seguirá diretamente ao exame da Câmara dos Deputados, caso não haja solicitação para que seja submetido à deliberação do Plenário.

De acordo com Lobão, o Rio Itapecuru é um dos mais exten-

sos do Maranhão e seus cerca de 1.100 quilômetros percorrem uma área com 48 municípios, daí ser chamado de rio da integração maranhense e desempenhar importante papel socioeconômico na região.

A revitalização é necessária, conforme o senador, devido ao impacto do contínuo desmatamento, erosão do solo, contaminação das águas e pesca predatória, além da urbanização desordenada e falta de saneamento básico nas cidades, entre outros fatores. "Trata-se de uma situação de emergência, uma vez que o rio, se nada for feito, dentro de poucos anos estará agonizante, restando-lhe apenas águas minguadas e ainda assim poluídas", disse.

# Wilson quer saque do PIS e Pasep por desempregado

Em tramitação na CAS, projeto regulamenta norma introduzida pela Constituição de 1988 que alterou características originais dos fundos

Os titulares das contas individuais do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) que estiverem desempregados poderão sacar o saldo integral de suas contas, conforme projeto apresentado pelo senador Carlos Wilson (PTB-PE) que tramita na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Cabe à comissão decisão termi-



Projeto é relevante na atual fase de alto índice de desemprego, diz Carlos Wilson

nativa sobre a proposta, que depois será examinada pela Câmara dos Deputados, se não houver recurso para que o Plenário do Senado também analise a matéria.

Carlos Wilson explicou que a

Constituição de 1988 alterou as características originais do programa — depósitos mensais na forma de contas individuais. Esses depósitos foram eliminados e a Constituição determinou que leis

específicas estabeleçam os critérios de saques. "Mas até agora não foi publicada nenhuma lei que trate dos saques das contas individuais dos trabalhadores inscritos no PIS e no Pasep", disse Wilson.

Para o senador, o desemprego é o pior mal que pode afligir um trabalhador, por isso ele considera o projeto extremamente justo. "Ainda mais no presente momento, quando a política econômica é guiada por taxas de juros elevadíssimas, que culminam nos maiores índices de desemprego já vistos na história do Brasil", afirmou.

## Falta de emprego é "desastre social", alerta Osmar

Em discurso ontem, o senador Osmar Dias (PDT-PR) mostrou-se alarmado com recente análise feita pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), segundo a qual o maior problema brasileiro na última década foi o desemprego e, no século, a distribuição de renda. A análise do Dieese baseou-se em dados levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Osmar Dias informou que no Paraná, por exemplo, de acordo com o trabalho do Dieese, nada menos do que 547.636 pessoas estão desempregadas, representando 11,95% da população. "É o desastre social", observou o senador, ao atribuir como causas do desemprego o baixo crescimento

da economia, o aumento da produtividade sem a devida redução da jornada de trabalho, a abertura da economia, as altas taxas de juros e a elevada carga tributária.

O senador registrou ainda, com base no estudo do Dieese, que 19% dos empregos no Paraná são gerados pelo setor agropecuário. Em seguida, vêm os do comércio (18%), da indústria (16%), dos serviços domésticos (7%), das instituições financeiras (7%) e da construção civil (6%).

Osmar Dias informou também que o Paraná, atualmente, produz a quarta parte da produção brasileira de grãos, "o que demonstra a vo-

cação agrícola do estado". Por isso defendeu que, mesmo com o avanço do setor industrial, a atividade rural seja fortalecida, por meio da alocação de maiores recursos federais e de uma política que não despreze a agricultura e os empresários do estado.



Para Osmar, baixo crescimento econômico e altas taxas de juros geram desemprego

## Moreira quer criação de escola agrícola

Projeto do senador Moreira Mendes (PFL-RO) que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica Federal no município de Alta Floresta (RO) tramita em caráter terminativo na Comissão de Educação (CE) do Senado Federal. A escola, de acordo com o projeto, manterá cursos de nível médio e de educação profissional, a serem definidos pelo Ministério da Educação.

Moreira Mendes observa que,

embora criada há apenas 16 anos, Alta Floresta conta com oito estabelecimentos de educação infantil, 99 de ensino fundamental e três de ensino médio. A frequência no ensino fundamental alcança 82% da população de sete a 14 anos de idade, mas apenas 34% dos jovens de 15 a 19 anos estão matriculados no ensino médio.

O senador argumenta, na justificativa do projeto, que em Alta Floresta a maioria da população

de 26,5 mil habitantes reside no meio rural, sendo a agropecuária a atividade predominante na região. A criação da Escola Agrotécnica, observa o senador, além de permitir a continuidade dos estudos dos alunos que concluem o ensino fundamental, pode promover e difundir práticas e tecnologias de agricultura sustentável, beneficiando os jovens e os adultos, por meio de cursos regulares e atividades de extensão.

# Posse da terra garante novo ciclo em Roraima, diz Marluce

Para senadora, a breve regulamentação da lei que acaba com o domínio da União sobre as terras do estado permitirá o desenvolvimento regional

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) disse ontem que a sanção da Lei nº 10.304 – pela qual as terras de Roraima passam do domínio da União ao do estado – e a sua próxima regulamentação marcarão o início de um novo ciclo de desenvolvimento na região.

– Esse projeto foi a solução para o estado de Roraima – afirmou Marluce, após relatar como foi a tramitação do projeto de lei de sua autoria que resultou na lei, conhecida por seu nome.



Marluce: “Brasília não manda mais. A terra é nossa”

De acordo com a senadora, no dia 5 venceu o prazo inicial de 120 dias, prorrogáveis por mais 45, para a regulamentação da lei pelo governo. Quando o texto for efetivamente regulamentado e colocado em prática, observou, Roraima passará a dispor de autonomia para projetar seu desenvolvimento.

– A mais de 2 mil quilômetros de distância, Brasília mandava e tinha a posse legal de nossas terras. Não

tem mais. Não manda mais. A terra é nossa, e somente a nós, como em todos os demais estados da União, cabe dizer o que faremos e o que produziremos em nossa terra, em nosso chão – disse Marluce.

A senadora observou ainda que seu projeto está amparado na Constituição, segundo a qual a faixa de até 150 quilômetros de largura ao longo das fronteiras é considerada fundamental para a defesa nacional, cuja ocupação é regulada em lei. De acordo com Marluce, não há impedimento legal para que nessas terras de fronteira também haja produção.

## Moreira Mendes resalta contribuição da Varig para o turismo

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) homenageou ontem a Viação Aérea Rio-Grandense (Varig), que completou 75 anos no último dia 7. Para o senador, a empresa, “que enche de orgulho os brasileiros”, dá enorme contribuição ao desenvolvimento da indústria do turismo no Brasil, realizando 435 decolagens diárias, transportando 11,4 milhões de passageiros por ano e atuando em 36 cidades brasileiras e em 18 países.

Fundada em 1927, a Varig foi uma das pioneiras na criação de entidade provedora de benefícios e serviços aos seus funcionários, “valorizando os que fizeram a empresa acontecer”, afirmou o senador ao referir-se à Fundação Rubem Berta.

Com base em estudos da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo (Fipe), Moreira Mendes disse que o turismo é a atividade que mais transfere renda das regiões ricas para as mais pobres. Por isso, e pela capacidade de geração de empregos, disse, é que o Brasil deveria investir decididamente no turismo, em especial na infra-estrutura.

De acordo com o senador, para cada real que o viajante nordestino gastou em 2001 no Sudeste, outros R\$ 2,24 foram para o Nordeste. Esse dinheiro foi gasto pelos turistas de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo. No total eles realizaram, no período, despesas de R\$ 2,7 bilhões.



Moreira Mendes lembrou os 75 anos da empresa

## Gestão participativa na prefeitura de Boa Vista é destacada por Jucá

O vice-líder do governo, senador Romero Jucá (PSDB-RR), manifestou ontem satisfação em anunciar que a gestão da prefeita de Boa Vista (RR), Teresa Jucá, foi objeto de quatro colunas do jornalista Márcio Moreira Alves no jornal *O Globo*. Os artigos relatam resultados positivos de programas como o de gestão participativa, construção de estufas para gerar empregos e o projeto Crescer, de profissionalização de adolescentes.

Segundo Jucá, o jornalista foi a Boa Vista a convite da prefeita, esteve onde quis e perguntou sobre tudo o que lhe interessou. “Por isso seu relato positivo é importante, porque espelha a realidade das ações administrativas da cidade. Ele afirmou que a administração, formada principalmente por mulheres, é muito organizada e séria, com resultados surpreendentes nos campos econômico e social”, assinalou.

Jucá afirmou ser gratificante ler, num jornal de grande circulação nacional, notícias positivas sobre Roraima, que somente frequenta essas páginas quando ocorrem catástrofes climáticas, mortes e casos de corrupção.

O senador convidou os candidatos à Presidência da República a viajarem a Boa Vista para testemunhar a mudança social que está sendo feita na cidade. “Trata-se de uma verdadeira lição de cidadania e de responsabilidade administrativa, que começa com o orçamento participativo e se consolida com sua execução, também feita com a participação de seus 200 mil habitantes”, completou o senador.



Jucá mostrou artigos que reconhecem trabalho da prefeitura

## Francelino registra posse na Academia Mineira de Letras

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) registrou ontem em Plenário a posse do jornalista Pedro Rogério Couto Moreira na Academia Mineira de Letras e o falecimento do ex-deputado federal Sylvestre Ferraz Egreja. Os dois fatos, disse, são relevantes na história política e cultural de Minas Gerais.

Radicado em Brasília, Pedro Rogério tomaria posse, ontem à noite, na cadeira 38, antes ocupada por seu pai, o acadêmico Vivaldi Moreira, falecido em 2001. “O filho assumir a cadeira deixada pelo pai é um fato raríssimo”, observou Francelino, informando que desde 1959 Vivaldi Moreira é presidente perpétuo da Academia Mineira de Letras.

Ao fazer retrospectiva da vida profissional e literária de Pedro Rogério, Francelino mencionou o início da carreira jornalística, em 1969, no jornal *Última Hora*. Também comentou a publicação de três livros, versando sobre a Amazônia,



Francelino lembra falecimento de Sylvestre Ferraz Egreja

lembranças da infância e política na era de Juscelino Kubitschek. “Pedro Rogério chega à Academia por inegáveis méritos próprios, não somente no jornalismo, mas também na literatura.”

### EXEMPLO

Em seguida, o senador lamentou a morte do político e empresário Sylvestre Ferraz Egreja, que tinha 100 anos e faleceu em São Paulo no dia 12. “Chegar aos 100 anos é um privilégio. Mas chegar aos 100 anos com a certeza de que o caminho percorrido foi de trabalho e realizações, de exemplo para as novas gerações, aí já é um privilégio incomum.”

Mineiro de nascimento, Sylvestre Egreja foi cafeicultor, prefeito, deputado estadual e federal. Sua amizade com Francelino Pereira foi iniciada nos idos de 1970, na Câmara dos Deputados. Francelino pediu a transcrição, nos Anais do Senado, dos dados biográficos do homenageado.

## Escórcio cobra “política séria” do governo para as rodovias

O senador Francisco Escórcio (PMDB-MA) defendeu ontem a adoção de “política séria” para a resolução dos problemas de infra-estrutura das rodovias do país.

– As rodovias estão totalmente destruídas, gerando prejuízo enorme e em cadeia para a economia, pois estão comprometendo o escoamento da produção, além de causar danos para os motoristas, cujos veículos sofrem avarias.

Segundo o senador, o futuro diretor de Infra-Estrutura Terrestre do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT), o engenheiro Miguel Dario Ardisson Nunes, terá de “passar da teoria para a prática, adotando medidas que realmente resolvam a situação das estradas brasileiras”. A indicação de Ardisson foi aprovada quarta-feira pela Comissão de Serviços de

Infra-Estrutura do Senado.

Escórcio disse que a obtenção de recursos para a recuperação das rodovias deve ser feita junto a organismos internacionais e mediante arrecadação do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), entre outras receitas. Deverá haver, segundo ele, reparo contínuo das estradas, pois a maioria foi construída para suportar uma determinada tonelagem de veículos, hoje triplicada.

– Não podemos admitir apenas uma política de tapa-buracos. É preciso haver uma política macroeconômica, voltada para a manutenção e modernização das rodovias. Do jeito que essas rodovias estão, as polícias rodoviárias não têm o direito de cobrar multas dos motoristas, que estão pagando o ônus de trafegar nessas estradas – disse.



Segundo Escórcio, “rodovias estão totalmente destruídas”

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Antonio Carlos Valadares e Carlos Wilson, e pelas senadoras Maria do Carmo Alves e Marluce Pinto